associação
portuguesa
de urbanistas

Relatório de Atividades e Contas

2023

Relatório de Atividades

Dando continuidade ao desígnio "**Dignificar a atividade profissional e o urbanismo**" e fazendo cumprir o programa por nós proposto para os três anos de mandato, bem como o Plano de Atividades aprovado para 2023, vimos neste momento dar conta do que foi concretizado e do que está a ser desenvolvido desde janeiro de 2023.

A. Atividade profissional

1. Consolidação interna

Encontra-se em desenvolvimento o Código Deontológico dos Urbanistas, a ser elaborado por um grupo de trabalho sob a égide e orientação do Conselho Deontológico.

2. Relação institucional com outras organizações profissionais nacionais

A APU continuou a promover o desenvolvimento das relações institucionais com outras organizações profissionais de âmbito nacional, designadamente, através da articulação conjunta de ações e eventos com:

- Colégio de Arquitetos Urbanistas da Ordem dos Arquitetos;
- Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território do Colégio de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros;
- Associação Portuguesa de Geógrafos;
- Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas;
- Ordem dos Biólogos;
- Ad Urbem – Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção;
- entre outras.

Fundação Serra Henriques

O relacionamento com a Fundação Serra Henriques foi aprofundado, o que permite um maior apoio, em parceria, às atividades da APU. No ano de 2023, a FSH apoiou o 3º Ciclo das Conversas com Urbanistas através da elaboração da imagem para divulgação das sessões que ocorreram e ainda da disponibilização da plataforma Zoom, com gravação e disponibilização das mesmas no canal da Associação Portuguesa de Urbanistas do

YouTube, também criado pela FSH. Apoiou ainda toda a divulgação do 2º Congresso dos Urbanistas, realizado em junho, em Matosinhos.

3. Relação com as escolas portuguesas de urbanismo e ordenamento do território

Considerando a importância das instituições de ensino superior na formação de Urbanistas e o papel que pode e deve caber à APU quer no domínio do ensino do urbanismo, aproximando-o às realidades e necessidades, quer no domínio da formação contínua, servindo os interesses da profissão e, com isso, das comunidades, pretendeu-se manter uma articulação profícua com estas escolas, tendo em vista eventuais iniciativas conjuntas, quer no âmbito do ensino e formação profissional, quer no da investigação.

No entanto, não foi possível em 2023, realizar, novamente o 3º Encontro entre Escolas.

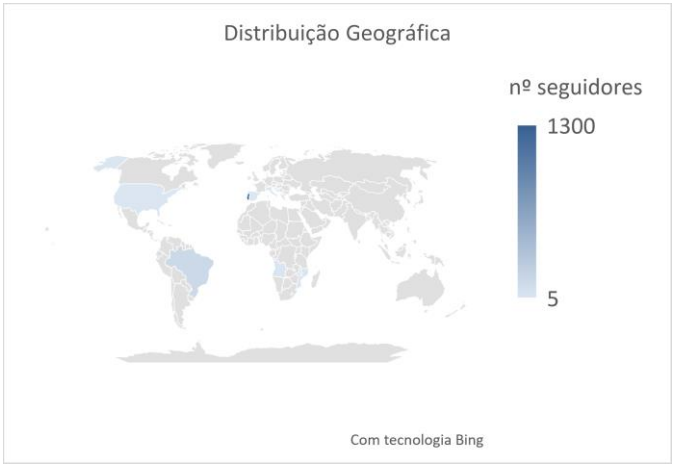
Prémio ARCHIPRIX

A APU integrou, a convite da Fundação Serra Henriques, o Júri do Prémio ARCHIPRIX, Portugal 2023, com a participação de Paula Pacheco. Este Prémio iniciou-se em Portugal em 2012, aquando da assinatura do Protocolo entre a Fundação Serra Henriques e a Fundação Archiprix, destinando-se a distinguir os melhores trabalhos de Mestrado em Arquitetura de todas as faculdades portuguesas. Este ano o prémio foi atribuído ao aluno Marco António Porto Silva, da FAUP, com o trabalho intitulado "(Nova)Mente Eu, Projectar Para Comunidades Sem Abrigo".

4. Valorização da atividade e qualificação profissional

A APU continuou empenhada na missão de difundir os princípios, valores e conhecimentos que estruturam a teoria e prática do urbanismo, nomeadamente através da atualização e dinamização do **site** da Associação https://apu.pt/ .

A página do **Facebook** | META da APU, apresenta à data de hoje 1523 seguidores, sendo interessante apresentar aqui a dispersão no mundo dos mesmos (informação que não se obtém para o LinkedIn)



Países	nº seguidores
Portugal	1300
Brasil	128
Angola	12
Espanha	8
EUA	8
Moçambique	7
Suíça	7
Cabo Verde	6
Itália	6
Macau	5

A página do **LinkedIn** da APU, foi alimentada durante este ano com a atividade da APU nos temas que foram considerados pertinentes para os seus membros e seguidores. Ao final de um ano de funcionamento foram publicados na página do LinkedIn 53 posts, que tiveram 33.335 visualizações, sendo neste momento 1.178 o número de seguidores.

https://www.linkedin.com/company/associa%C3%A7%C3%A3o-portuguesa-de-urbanistas/

Em 2023, não foi possível publicar o sexto número dos **Cadernos de Urbanismo**. Todos os números publicados estão disponíveis em https://apu.pt/cadernos/ .

2.º Congresso da APU

Nos dias 15 e 16 de junho de 2023, realizou-se o 2.º Congresso da APU, em Matosinhos, com o apoio da Fundação Serra Henriques e da Câmara Municipal de Matosinhos, com o tema "Da Exequibilidade dos Planos e do Planeamento".

O Congresso estruturou-se em três subtemas: Subtema 1 – A Execução dos Planos; Subtema 2 – A Sustentação Financeira dos Planos: O Regime Económico e Financeiro em Geral e O Caso específico da Perequação; Subtema 3: As Mais-Valias Fundiárias; e uma Mesa Redonda sob o Tema: Planeamento versus Incerteza, moderada por Luís Pedro Cerqueira e com a participação de Teresa Andersen, Marta Labastida e Teresa Sá Marques.

Este congresso teve como relator o Presidente da Assembleia Geral da APU, Arq. Luís Pedro Cerqueira, e contou com a presença de 126 participantes e 15 oradores e moderadores convidados.

No primeiro dia do Congresso, os subscritores da Declaração do Território reuniram-se para debater a Declaração do Território 2.0, tendo estado presentes: Luís Pedro Cerqueira, José António Lameiras e Paula Pacheco, pela APU; Pedro Chamusca e Célia Guerreiro, pela Associação Portuguesa de Geógrafos (APG); João Cerejeiro e Carlos Dias, pela Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas (APAP); Luís Ramos, pela Ordem

dos Engenheiros (OE); Conceição Melo, pela Ordem dos Arquitetos (AO); e Jesus Fernandes, pela Ordem dos Biólogos (OB).

Conversas com Urbanistas 2023 – Fazer Acontecer o Urbanismo

De janeiro a novembro de 2023, ocorreu mensalmente na última quinta-feira do mês uma sessão do 3º Ciclo das Conversas com Urbanistas – Fazer Acontecer o Urbanismo, e duas sessões Especial Conversas, num total de 11sessões organizadas por três temas: Habitação, Execução Programada, Participação Pública nos Processos de Planeamento

26 de janeiro 2023

Habitação | Cartas Municipais de Habitação; Moderador: João Quintão; Orador: Teresa Craveiro

23 de fevereiro 2023

Habitação | Políticas de Habitação e Planeamento Territorial; Moderador: Rute Afonso; Orador: Sónia Alves

30 de março 2023

Habitação | Novos Formatos Residenciais; Moderador: João Belard Correia; Orador: Francisco Rocha Antunes

27 de abril 2023

Execução Programada | Concretização das Unidades de Execução; Morador: António Ramalho; Orador: Frederico Moura e Sá

25 de maio 2023

Execução Programada | Tipificação das Áreas de Execução Programada. O Caso de Valongo, Morador: Manuel Miranda; Orador: António Jesus Costa E Eduardo Leite

ESPECIAL CONVERSAS | 31 de maio 2023

Simplex do Ordenamento do Território e do Urbanismo; Morador: Ana Queiroz Do Vale

29 de junho 2023

Da Exequibilidade dos Planos e o Planeamento | Balanço e o 2º Congresso e os Urbanistas

Morador: José António Lameiras; Orador: Luís Pedro Cerqueira – Relator e o Congresso

28 de setembro 2023

Participação Pública no Processo de Planeamento | Na Construção Das Propostas; Morador: Frederico Moura e Sá; Orador: José Carlos Mota

26 de outubro 2023

Participação Pública no Processo de Planeamento | Na Apreciação das Propostas; Morador: Rute Afonso; Orador: Gil Moreira

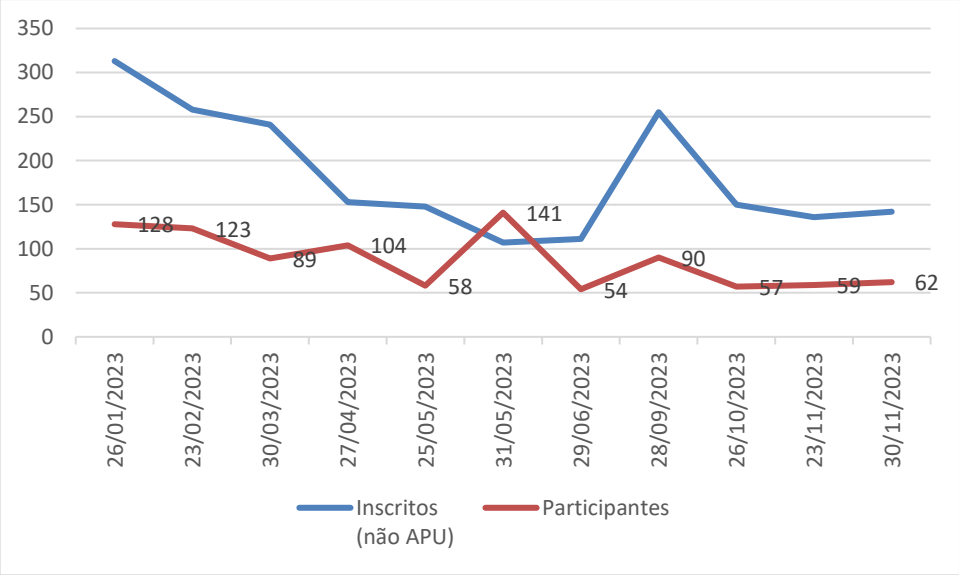
ESPECIAL CONVERSAS | 23 de novembro 2023

Mais Valias Fundiárias e Planeamento Territorial; Morador: Manuel Miranda; Orador: Emília Malcata

30 de novembro 2023

Integrar o Clima e a Alimentação no Planeamento Territorial; Morador: José António Lameiras; Orador: Cecília Delgado

O balanço da participação nas Conversas com Urbanistas 2023, é bastante positivo verificando-se uma média de 88 participantes por sessão.



Dia Mundial do Urbanismo

Para comemorar o **Dia Mundial do Urbanismo,** a 8 de novembro de 2023, realizou-se **um Encontro comemorativo em Vila Real em parceria com a Câmara Municipal de Vila Real**, que juntou as seis entidades subscritoras da Declaração do Território: APAP, APG, OA, OE, OB e APU. Este evento teve transmissão online, a partir da Escola Secundária de S. Pedro

B. Relacionamento com os poderes públicos e com a sociedade civil

1. Relações institucionais com os poderes públicos nacionais

A APU tem continuado a pugnar para ser reconhecida como parceira social representativa do urbanismo e dos urbanistas em Portugal, nas questões que envolvam o ordenamento do território e urbanismo em geral e a prática profissional, em particular.

No âmbito das comemorações dos 25 anos da EXPO, a APU foi contactada pelo Jornal "Público" para colaborar na elaboração de um artigo jornalístico sobre o legado da EXPO'98. Esta colaboração ocorreu com a participação

do membro Rute Afonso e do Jornalista Samuel Alemão sendo o artigo publicado no Local, da edição de Lisboa do Jornal Público de 21 de maio de 2023.

Local A 21 de Maio de 1998 abriu a exposição que mudou parte de Lisboa

A influência da Expo '98 tarda em estender-se ao resto da zona oriental

Há 25 anos anos, criou-se uma nova centralidade em Lisboa. Apesar das promessas de requalificação por cumprir, sobram elogios e algumas críticas

Samuel Alemão

Ricardo Lima lembra-se bem dos rabetes que levava dos pais sempre que eles ficavam a saber que tinha ido brincar com os amigos lá para baixo, nos terrenos junto ao Tejo. "Naquela época, aquilo era um lameiro cá e uma zona cheia de entulhos. Havia o perigo de ficarmos enterrados e não conseguirmos sair dali, se pisássemos onde não devíamos", recorda o presidente da Junta de Freguesia de Moscavide e da Portela, no concelho de Loures. Na altura da Expo '98, que abriu faz amanhã 25 anos, o actual autarca tinha 15 anos. A memória da total transformação do território que ele bem conhecia das aventuras de infância e adolescência é, por isso, fácil de evocar.

"O balanço que faço da Expo, passados estes anos, é pode ser positivo, porque melhorou muito a vista cá em cima", diz o edil. "Foi a melhor obra pública e de requalificação alguma vez feita em Portugal. A transformação foi radical e beneficiou-nos em muitos níveis, seja de mobilidade ou equipamentos. A ideia anglófila tem que ver com a retirada de parte do nosso território, quando se criou o freguesia do Parque das Nações", diz Ricardo Lima, referindo-se à alteração do estatuto administrativo, em 2013, do antigo recinto da última exposição internacional do século passado, feita com recurso a territórios dos concelhos de Lisboa e de Loures.

A dinâmica nascida do certame realizado há 25 anos é tão positiva, salienta Ricardo Lima, que hoje será difícil imaginar a área de uma forma distinta. A mudança sente-se a todos os níveis, assegura. "Nota-se um enorme impacto na vida de Moscavide, com um sossalinol ganho, por exemplo, para as actividades económicas. Os nossos restaurantes estão sempre cheios com as pessoas que frequentam o Campus da Justiça", afirma, sem deixar de referir um dos custos desta atractividade. "A localização privilegiada faz com que os preços da habitação em Moscavide sejam mais elevados do que na Portela, o que não tem muita lógica", diz.

Uma dos cartões para essa distância tem que ver com a proximidade à zona ribeirinha. "Não há fronteiras, as pessoas descem a rua e vão até lá abaixo, não se sentem nesses concelhos. E um território que nos é familiar", refere o também deputado na Assembleia da República, sobre a forma como os seus freguesses agora vivem a relação com o espaço onde, durante quatro meses e uma semana, se realizou a Expo e ainda, na perspectiva, se desfrutou e cresceu amigos em andares expedições. O contacto directo com o Tejo é um ganho inestimável, não só para quem vive em Moscavide como também para a cidade de Lisboa.

Do mesmo não se pode gabar, porém, Silvino Correia. "Não conseguimos aceder directamente ao rio em nenhuma zona da freguesia, sem um contínuo que seja", queixa-se o presidente da Junta de Freguesia do Beato, em Lisboa, lamentando que ali também em concentrar se os ganhos que se fizeram sentir nas proximidades, através da enorme operação de requalificação urbana desencadeada com a exposição internacional que abriu portas a 22 de Maio de 1998. "Continuamos de costas voltadas para o Tejo. Era importante que isso mudasse e, pelo menos, algumas partes estivessem disponíveis para a população desfrutar", diz o autarca, sem deixar de elogiar a "mudança radical" sentida pelo megaevento.

A apreciação contrastada prevalece, no momento em que se assinala um quarto de século sobre o certame concretizado no acontecimento que mais mobilizou a sociedade portuguesa, durante a última década do século passado. Decorrido tanto tempo sobre a exposição e a sua recorrente evocação mediática a cada vez que se comemoram uma "data redonda", tais como a passagem dos cinco, dos dez ou dos 20 anos da festa dedicada aos oceanos, há quem se interrogue sobre a sua herança. Afinal, o que ficou nos territórios em redor? A resposta depende de como se avalia.

O que falta fazer

"As pessoas sabem que há ali um espaço que foi, em tempos, a Expo, até porque, durante muito tempo, a própria imaterial abaixo ali ficou. Mas há uma concepção mais ou menos estereotipada em relação ao legado da exposição", considera Vítor Matias Ferreira, professor emérito da Iscte e que, logo em 1998, começou a estudar os efeitos daquela intervenção numa zona da cidade de Lisboa, até então, entregue ao abandono.

"A nível da festa urbana, a Expo foi brilhante. Mas o que estava em causa não era apenas isso. Foi um acontecimento muito importante, sem dúvida, mas também altamente de contradições", diz o investigador, considerando que sempre houve uma "confusão" entre a festa e o projecto urbanístico. E se aquela foi cumprida na íntegra, este nem tanto, julga.

"A verdade é que a área continua a ser um pouco periférica, apesar de, aí por si, funcionar como centralidade", avalia o académico, confessando uma sensação de alguma estranheza quando circula naquela zona da cidade e a compara com a área central da capital. "Sinto que não é a mesma cidade em que cresci, que conheço, é algo diferente", diz o investigador, que, em 1999, lançou, juntamente com Francesco Indovina, o livro *A Cidade da Expo-98: uma recuperação fazendo-se/Reinvenção de Lisboa?*. Interrogação que, ainda, se mantém. "O legado depende das expectativas de cada um", enuncia, sem deixar de notar o papel simbólico do mesmo.

Vítor Matias Ferreira considera que "o projecto da Expo, na verdade, continua e não tem fim", pois a expansão urbanística com ela iniciada se mantém. Ao longo das duas últimas décadas e meia, a operação de densificação do espaço urbano tem-se reforçado, através da construção de novos edifícios. A dinâmica, desencadeada and a exposição fechou portas, a 30 de Setembro daquele ano, "intensificou-se muito mais do que estava previsto", avalia. A edificação mesmante, cerrado no recinto da exposição e nas imediações, serve, além, para subtilizar dois dos aspectos mais críticos dessa herança, nota o em docente.

Um deles está relacionado com o

Público • Domingo, 21 de Maio de 2023 • 15

Olhar o futuro com optimismo

Simonetta Luz Afonso, comissária do Pavilhão de Portugal na Expo '98, faz um balanço largamente positivo do que ficou dessa época.

"A verdade que o projecto supunha também contaminar as imediações com um espírito de regeneração e isso ficou por fazer. Foi a única coisa que falhou e teve que ver sobretudo com a crise verificada nos anos seguintes e sucessivas mudanças de tutela do Parque das Nações. Mas está-se a cumprir agora, com um impulso novo, sobretudo com o Hub Criativo do Beato", diz a ex-comissária, sublinhando o imenso potencial da zona oriental de Lisboa.

"Os objectivos da Expo '98 foram todos cumpridos, é preciso lembrar que se transformou num bairro da cidade, e de forma sustentável, o que antes era uma lixeira", avisa Simonetta, para quem importa olhar agora para os bairros circundantes. "É uma área muito interessante, de quintas e património industrial. Tem ainda vida própria e é importante que assim se mantenha, sem gentrificação", sublinha, referindo-se ao processo de substituição de populações originais por classes privilegiadas financeiramente.

A mesma preocupação tem o presidente da Junta de Freguesia de Marvila, embora também sublinhe o carácter regenerante da Expo '98.

"Para as pessoas da zona oriental, foi a construção de uma nova centralidade, com melhoria acentuada da qualidade de vida e equipamentos como o Gare do Oriente", comenta José António Videira, lamentando, porém, a demora na prometida reconversão.

"É importante não haver descaracterização do ponto de vista da vivência de bairro, de associativismo. No fundo, isto continua a ser uma grande aldeia", afirma o autarca desta freguesia da zona oriental de Lisboa, salientando a importância de se manter a coesão social da freguesia.

Videira mostra-se satisfeito com projectos como a Urbanização Braço de Prata, desenhada pelo arquitecto Renzo Piano, mas deixa o aviso. "Aquilo não é para o cidadão normal. Só pela simbiose é que se faz o caminho."

Ainda assim, a apreciação sobre a dinâmica herdada da operação urbana de há um quarto de século é sobretudo positiva.

"A avaliação faz-se sempre a vários níveis. Mas uma das marcas principais da intervenção foi uma certa reconfiguração da área metropolitana em torno do Tejo e das zonas ribeirinhas", avalia o investigador, lembrando ainda como legado dessa época a importância a que, a partir de então, se passou a dar no país à qualificação do espaço público, à pedonalidade, aos espaços verdes, à ligação com a água e à relação das áreas urbanas com os sistemas de transportes. O que depois se veio a verificar, através do programa Polis, criado para regenerar núcleos urbanos degradados. "De certa forma, o Polis foi um filho da Expo", diz.

Opinião partilhada por Gonçalo Byrne, bastonário da Ordem dos Arquitectos, para quem toda a operação teve criar uma "nova Lisboa, com um antes e um depois da Expo", passando-se então a encarar a vida urbana, não apenas na capital, mas em todas as cidades portuguesas, de uma forma diferente. "Para além de criar uma nova centralidade de uma forma incrível na área metropolitana, aquele momento foi procurar-se uma série de preocupações agora centrais, como a qualidade do espaço público, a mobilidade e a sustentabilidade", destaca o arquitecto, lembrando o impulso regenerador que ainda do desmantelar uma zona altamente poluída.

Apesar de admitir que a propaganda desse espírito renovador à área circunstante "foi muito lenta do que seria expectável", assinala-se a um maior impulso em Marvila e Beato só nos últimos anos, Gonçalo Byrne não tem dúvidas em qualificar a intervenção de há 25 anos como "plenamente conseguida". "A Expo abriu, de facto, Lisboa e Portugal à Europa e ao mundo do ponto de vista turístico. Esse trouxe uma dinâmica de reabilitação urbanística enorme", diz o arquitecto, apontando a Praça do Oriente, junto à qual hoje mora, como exemplo acabado de desenvolvimento de uma nova realidade. Byrne fala, por isso, numa "ficção magistral".

O mesmo pensa Inaiê Afonso, da Associação Portuguesa de Urbanistas, enfatizando o "grande orgulho" no trabalho desenvolvido pelos colegas. "O que ali foi feito é a meu ver nível nacional, histórico. E um exemplo incrível de criação de um pedaço de cidade. Consegue-se perceber a importância do trabalho de planeamento feito por urbanistas", diz a especialista, evidenciando os efeitos que a operação teve na área envolvente. "Temos como Olivais e Moscavide colocaram de ser periféricos, ganhou-se ali uma nova centralidade urbana. E tudo isto não aconteceu por acaso, foi fruto de planeamento", diz a urbanista.

No Beato e em Marvila, há ainda muito a fazer em termos de requalificação urbana

O legado depende das expectativas de cada um. O projecto da Expo continua e não tem fim

Vítor Matias Ferreira
Professor emérito do Iscte

No âmbito do **Regulamento de Peritos** que regula a constituição e funcionamento de uma bolsa de peritos da APU, à qual os membros interessados podem candidatar-se, aprovado por deliberação da Assembleia Geral da APU, a 14 de janeiro de 2022, foi recebida até dezembro de 2023 a candidatura dos seguintes membros para as valências identificadas no Regulamento:

Valências	Membros	
	Nome	N.º
Desenho urbano e estudos, projetos e planos de espaço público	Carlos Alberto Almeida Marques	139
	Miguel Nuno Marques Pereira	207
	Daniel Casas-Valle	224
	Arnaldo José Felipe Raposo	236
	Carlos Correia Dias	171
Estudos e planos de ordenamento do território e urbanismo e instrumentos de planeamento e gestão territorial	Carlos Alberto Almeida Marques	139
	António Porfírio de Sousa Maia	205
	Miguel Nuno Marques Pereira	207
	Daniel Casas-Valle	224
	Arnaldo José Felipe Raposo	236
	Carlos Correia Dias	171
Perequação e execução de planos	António Porfírio de Sousa Maia	205
	Ana Queiroz do Vale	22
Planeamento de redes de infraestruturas	Miguel Nuno Marques Pereira	207
Estudos, projetos e planos de mobilidade	Miguel Nuno Marques Pereira	207
Estudos, planos e instrumentos de reabilitação urbana	Carlos Correia Dias	171
Estratégias e políticas de habitação	Carlos Alberto Almeida Marques	139
	António Porfírio de Sousa Maia	205
Direito do urbanismo	Ana Queiroz do Vale	22
Licenciamento urbanístico	Arnaldo José Felipe Raposo	236
	Ana Queiroz do Vale	22
Planeamento participativo	Daniel Casas-Valle	224
Avaliação do solo		
OUTRAS (nos termos do n.º 3 do art. 5º do Regulamento)	Miguel Nuno Marques Pereira	207

Até à data ainda não foi solicitada à APU a indicação de peritos.

No âmbito da **Proposta de Lei 77/XV** foi realizada uma reunião a 11 de junho de 2023 entre a APU (João Belard Correia e Paula Pacheco) e o Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da Lei liderado pelo Dr. João Tiago Silveira, onde foi debatida a Proposta de Lei bem como o parecer emitido em conjunto pela APU e a ADURBEM. Concluída a reunião ficou a APU de enviar, para o grupo de trabalho, até 15 de setembro contributos em matéria de definição de critérios em que os IGT podem isentar o licenciamento, na alteração do solo rústico para solo urbano, definição de prazos para emissão licenciamentos, critérios de densificação das Unidades de Execução e ainda sugestões para o funcionamento da Comissão Consultiva/Conferência Procedimental.

No âmbito da Proposta de Lei 77/XV, "Simplex do Urbanismo", foram emitidos 3 pareceres:

- 20/02/2023 – subscrito pela APU
- 05/06/2023 – subscrito pela APU e Ad-URBEM
- 28/06/2023 – subscrito pela APU, APAP, APG, AO, OE e OB

A 15/06/2023 foi emitido um parecer sobre a Concertação da Proposta de Lei n.º 77/XV, subscrito pela APU, APAP, APG, OA, OE e OB.

A APU continuou a sua participação nas reuniões de acompanhamento da **CT 188 - Serviços prestados pelo arquiteto e pelo arquiteto paisagista.**

Na sequência do convite dirigido à APU pelo Gabinete do Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa para integrar a **Comissão para acompanhamento da preparação, organização e coordenação do desenvolvimento e implementação da Plataforma Eletrónica dos Procedimentos Urbanísticos (PEPU),** foram identificados os membros António Ramalho e Ana Queiroz do Vale como representantes da APU na Comissão. A constituição da Comissão encontra-se no Despacho n.º 12231/2023, de 30 de novembro, Diário da República n.º 232/2023, Série II de 2023-11-30, páginas 45 – 47.

2. Relacionamento com a sociedade civil

Continuamos a promover a abertura e comunicação da APU aos cidadãos, de modo a incentivar a sua informação e participação nos atos próprios do urbanismo e que os afetem diretamente, contribuindo assim para a formação de uma maior consciência cívica no que ao urbanismo diz respeito.

Conselho Municipal de Habitação de Lisboa

A APU integrou, em maio de 2022, o **Conselho Municipal de Habitação de Lisboa**, como Observadora, com a participação da Dra. Teresa Craveiro em diversas reuniões e discussões em prol da elaboração da Carta Municipal de Habitação de Lisboa. A Carta Municipal de Habitação encontra-se em Discussão Pública até dia 2 de fevereiro 2024.

Conversas sobre Ordenamento do Território

Em 13 de abril de 2023, a APU, através do seu Presidente, esteve presente, como orador, na sessão organizada pela Ordem dos Engenheiros – Região Norte (OERN), dedicada ao tema "O sistema de planeamento e de ordenamento do território em Portugal – resultados e desafios", realizada no Porto e na sede da OERN, com o Professor Luís Valente de Oliveira como keynote speaker.

Seminário Sobre Habitação

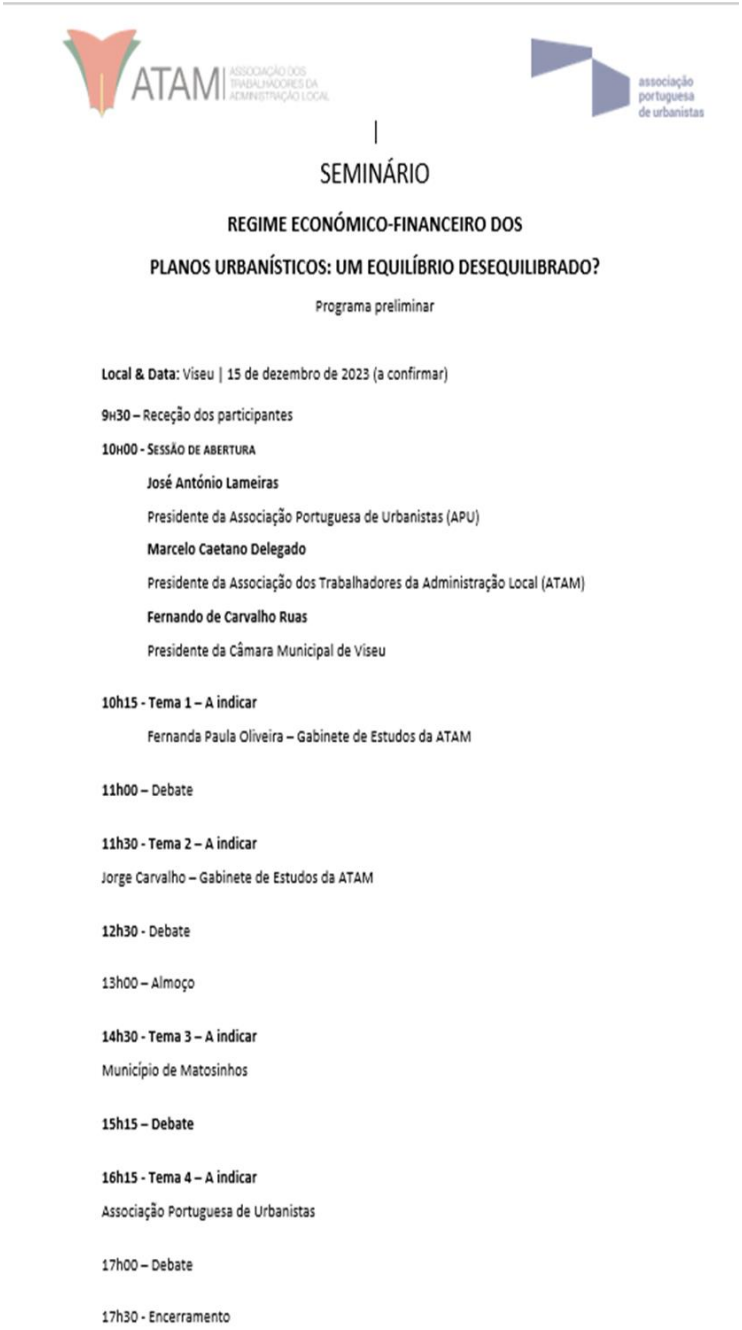
No âmbito do tema da Habitação, Coube à APU, representada pelo seu Presidente, moderar o 1.º Seminário sobre habitação da Ad Urbem - "Habitação – da legislação à implementação, que conflitos?"-, realizado em 30 de maio de 2023, no CIUL, em Lisboa.

Comissão de Acompanhamento do Relatório do Estado do Ordenamento do Território

A APU foi representada pela Arq. Ana Queiroz do Vale, junto da Direção Geral do Território, na da **Comissão de Acompanhamento do Relatório do Estado do Ordenamento do Território**, na reunião de 30 de junho de 2023, para apresentação da proposta do REOT.

Protocolo com a ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local

Foi assinado um protocolo a 29 de julho 2023, em Santarém, com a ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local com o objetivo de promover a cooperação institucional entre as duas associações, no que respeita a comunicações, atividade formativa, realização de formação, colóquios, conferências, estudos ou projetos editoriais.



SEMINÁRIO

REGIME ECONÓMICO-FINANCEIRO DOS

PLANOS URBANÍSTICOS: UM EQUILÍBRIO DESEQUILIBRADO?

Programa preliminar

Local & Data: Viseu | 15 de dezembro de 2023 (a confirmar)

9H30 – Receção dos participantes

10H00 - SESSÃO DE ABERTURA

José António Lameiras

Presidente da Associação Portuguesa de Urbanistas (APU)

Marcelo Caetano Delegado

Presidente da Associação dos Trabalhadores da Administração Local (ATAM)

Fernando de Carvalho Ruas

Presidente da Câmara Municipal de Viseu

10h15 - Tema 1 – A indicar

Fernanda Paula Oliveira – Gabinete de Estudos da ATAM

11h00 – Debate

11h30 - Tema 2 – A indicar

Jorge Carvalho – Gabinete de Estudos da ATAM

12h30 - Debate

13h00 – Almoço

14h30 - Tema 3 – A indicar

Município de Matosinhos

15h15 – Debate

16h15 - Tema 4 – A indicar

Associação Portuguesa de Urbanistas

17h00 – Debate

17h30 - Encerramento

Neste âmbito José António Lameiras participou no Seminário subordinado ao "Imobiliário, Estado e Mercado em Portugal" organizado pela ATAM, a 15 de dezembro de 2023, em Viseu, onde foram abordados temas como o mercado imobiliário, a avaliação pública do imobiliário e fiscalidade, o regime económico-financeiro dos

planos urbanísticos e o controlo do mercado imobiliário e o papel das autarquias locais. O Presidente do Conselho Diretivo apresentou a comunicação "O regime económico-financeiro dos planos urbanísticos", em representação da APU.

Prémio Nuno Portas

O Ministério da Habitação decidiu criar e promover o **Prémio Nuno Portas**, coordenado pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.. Este prémio pretende prestar uma homenagem à vida e obra desta figura ímpar da arquitetura e do urbanismo em Portugal. Foi solicitado, em dezembro de 2023, à APU um representante da APU para Júri da edição do Prémio Nuno Portas 2023, nas categorias de Teses de Doutoramento e de Trabalhos Académicos de Projeto, Dissertações de Mestrado e Mestrado Integrado, tendo sido indicado João Belard Correia.

C. Articulação internacional

Conselho Europeu de Urbanistas - ECTP-CEU

Durante o ano de 2023, Paula Pacheco garantiu a participação nas duas Assembleias Gerais do ECTP-CEU, através da plataforma Zoom:

A Conferência sobre "Spatial Planning Governance for the 21st Century" e a Assembleia Geral de Primavera decorreram em Valleta, Malta, a 21 e 22 de maio.

A Assembleia Geral de Outono com Conferência sob o tema "Transforming Cities : Shaping Development policies" ocorreu em Gdansk, Polónia, a 5 e 7 de novembro.

A ata da Assembleia Geral de Outono, encontra-se disponível para consulta no site da APU.

Federação Ibero-americana de Urbanistas - FIU

A APU continuou a participar nas atividades da Federação Iberoamericana de Urbanismo, em que ocupa o lugar de vogal da sua Junta Diretiva, com a presença esta assegurada pelo vice-presidente Alberto Manuel Miranda.

No âmbito dessas atividades, a APU assumiu a incumbência de promover duas intervenções num ciclo de conferências magistrais que a FIU tem vindo a desenvolver, a ocorrer dentro dos próximos dois meses.

Porto e Lisboa, 5 de março de 2024

O Presidente do Conselho Diretivo

Assinado por: **José António Marques Salgado Lameiras**
Num. de Identificação: 02514697
Data: 2024.03.05 23:20:55+00'00'

(José António Lameiras, urbanista)

associação
portuguesa
de urbanistas

RELATÓRIO DE CONTAS

2023

Tendo por base o quadro de Custos e Proveitos estimado para 2023, apresenta-se o que efetivamente foi concretizado durante o ano transato.

Custos

		Previsto para 2023	Concretizado em 2023
Direção e Secretariado	Remunerações de Secretariado (200€x12meses, acresce IVA)	2.952 €	2 952,00 €
	Técnico Oficial de Contas [1]	738 €	1.230,00 €
	Custos Débito Direto para cobrança de quotas de membros (0,13€xmembro)	39 €	0 €
	FIU (500€x2 ano)[2]	1 000 €	0 €
	ECTP (558€x1 ano)	558 €	569,00 €
	ISOCARP (500€x1ano)[2]	500 €	0 €
	Realização do Ciclo "Conversas com Urbanistas – Fazer Acontecer o Urbanismo"	500 €	0 €
	Realização do 2º Congresso da APU	1.500 €	1.324,30 €
	Realização do 3º Encontro de Escolas	500 €	0 €
	Dia Mundial do Urbanismo, 8 de Nov, Vila Real – Moderador Abel Coentrão	0 €	369,00 €
	Atividades de valorização da profissão de urbanista	500 €	0 €
	Outras despesas de funcionamento e representação	500 €	339,90 €
	Programa Contabilidade		*103,32 €*
	Despesas correntes		*59,96 €*
	Notário (Ana Borges- retificação aos estatutos)		*176,65 €*
	SubTOTAL	**8 787,00 €**	**6.444,30 €**
Publicações e site	Atualização do site e desenvolvimento de novas funcionalidades, pela designer Marta Borges Ferreira:		
	Alojamento do site (Domínios)	300 €	64,17 €
	SubTOTAL	**300,00 €**	**64,17 €**
	TOTAL de CUSTOS	**9 587,00€**	**6 848,40 €**

2023 Total de custos: Estimados **€ 9.587,00** Realizados (y) **€ 6 848,40**

[1] Foi paga despesa relativa a 2022 em janeiro de 2023 e o valor de 2023 pago em dezembro de 2023.

[2] Os valores não foram pagos em 2023 e encontravam-se em dívida a 31 de dezembro de 2023. Já foram iniciados os procedimentos junto das duas associações para regularização das quotas.

Proveitos

		Previsto para 2023	Concretizado em 2023
Direção e Secretariado	Realização do 2º Congresso da APU (Inscrições de não membros)	**0 €**	**6.020,00**
Quotização dos membros	Membros fundadores, efetivos e estagiários (274 x 60,00 €) x1 ano	16.440 €	4.260,00 €
	71 quotas		*4.260,00 €*
	Recuperação de quotas (200 x 60,00 €)	12.000 €	7.560,00 €
	Quotas de 2018 (2 quotas)		*120,00 €*
	Quotas de 2019 (3 quotas)		*180,00 €*
	Quotas de 2020 (7 quotas)		*420,00 €*
	Quotas de 2021 (15 quotas)		*900,00 €*
	Quotas de 2022 (99 quotas)		*5.940,00 €*
	Novos membros (10x60,00 €) x1 ano	600 €	720,00 €
	Quotas de 12 novos membros		*420,00 €*
	Total quotizações	**29 040 €**	**12.540,00 €**
	TOTAL PROVEITOS	**29 040 €**	**20.100,00€**

2023 Total de proveitos: Estimados **€ 29 040,00** Realizados (x) **€ 20 100,00**

Diferença entre custos e proveitos: (x) – (y) = **€ 20 100,00 - € 6 848,40 = € 13 251,60**

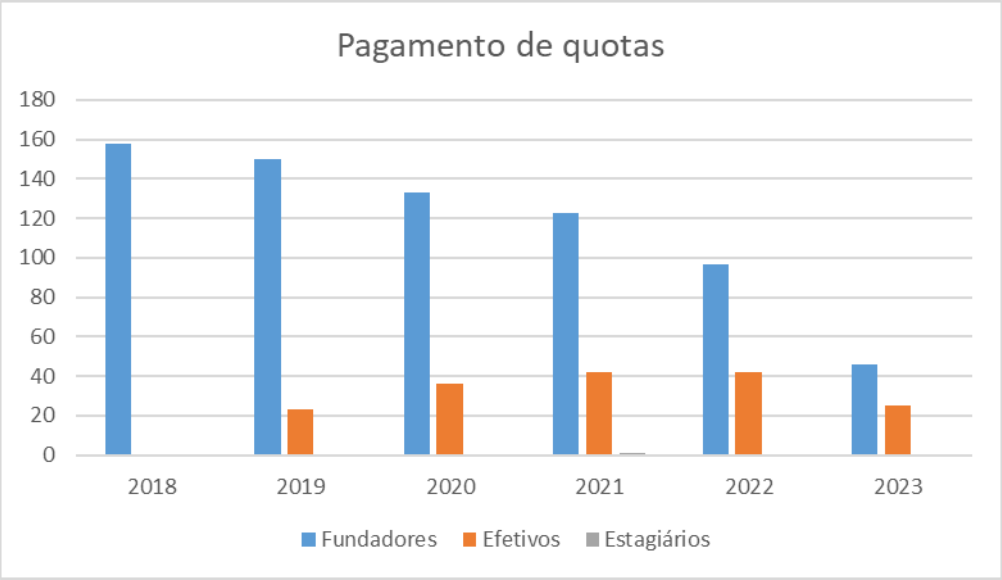
Valor transitado de 2023: **€ 24.284,69**

A 31 de dezembro de 2023 a APU tinha registados 273 membros.

No que respeita ao pagamento de quotas, verifica-se que em 2023 houve apenas 71 membros que pagaram a quota do ano, continuando muitas quotas em divida (220 quotas relativas ao ano de 2023 em atraso, ou seja 220 x 60 € = € 13.200,00).

Pagamento de quotas			
	Fundadores	**Efetivos**	**Estagiários**
2018	158	-	-
2019	150	23	-
2020	133	36	-
2021	123	42	1
2022	97	42	-
2023	46	25	-
SOMA	**707**	**168**	**1**

Inscrição de novos membros		
	Efetivos	**Estagiários**
2018		
2019	23	
2020	15	
2021	9	1
2022	13	
2023	12	



associação
portuguesa
de urbanistas

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE URBANISTAS - APU

Balancete Geral

Dezembro/2023

Sem contas correntes, Com todas as contas

Conta	Nome	Movimento Mensal		Movimento Anual		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
12	Depósitos à ordem	3 600,00	1 330,50	31 131,59	6 846,90	24 284,69	
121	CGD (12551830)	3 600,00	1 330,50	31 131,59	6 846,90	24 284,69	
21	Clientes	75,00		3 200,00	3 200,00		
211	Associados	75,00		3 200,00	3 200,00		
23	Pessoal	13,40		17,60	17,60		
238	Outras operações	13,40		17,60	17,60		
2381	Com órgãos sociais			4,20	4,20		
2382	Outros	13,40		13,40	13,40		
24	Estado e outros entes públi	37,50		73,41	73,41		
242	Retenção de imposto sobre	37,50		73,41	73,41		
2422	Trabalho independente	37,50		73,41	73,41		
27	Outras contas a receber e a	246,00	2 952,00	2 952,00	2 952,00		
278	Outros devedores e credore	246,00	2 952,00	2 952,00	2 952,00		
28	Diferimentos			615,00	615,00		
281	Gastos a reconhecer			615,00	615,00		
2811	Contabilidade			615,00	615,00		
51	Capital subscrito				7 871,70		7 871,70
511	AUP				2 215,37		2 215,37
512	APPLA				5 316,33		5 316,33
513	APROURB				340,00		340,00
56	Resultados transitados			4 684,44	9 748,43		5 063,99
561	De 2018				2 032,50		2 032,50
562	De 2019			580,84		580,84	
563	De 2020				5 254,73		5 254,73
564	De 2021				2 458,90		2 458,90
565	De 2022			4 103,60	2,30	4 101,30	
62	Fornecimentos e serviços e	3 567,00		5 611,14		5 611,14	
622	Serviços especializados	3 567,00		4 145,25		4 145,25	
6221	Trabalhos especalizados	615,00		615,00		615,00	
6224	Honorários	2 952,00		3 497,65		3 497,65	
6226	Conservação e reparação			32,60		32,60	
623	Materiais			134,89		134,89	
6233	Material de escritório			134,89		134,89	
625	Deslocações, estadas e trar			1 326,60		1 326,60	
6251	Deslocações e estadas			1 326,60		1 326,60	
626	Serviços diversos			4,40		4,40	
6262	Comunicação			4,40		4,40	
68	Outros gastos	343,60		912,60		912,60	
688	Outros	343,60		912,60		912,60	
6883	Quotizações			569,00		569,00	
6888	Outros não especificados	343,60		343,60		343,60	
69	Gastos de financiamento			123,26		123,26	
698	Outros gastos de financiam			123,26		123,26	
6988	Outros			123,26		123,26	
78	Outros rendimentos		3 600,00	150,00	18 146,00		17 996,00
788	Outros		3 600,00	150,00	18 146,00		17 996,00
	A Transportar:	**7 882,50**	**7 882,50**	**49 471,04**	**49 471,04**		

Documento emitido em EUR

Luis Pinto, Unipessoal, Lda. **Pág.: 1**

associação
portuguesa
de urbanistas

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE URBANISTAS - APU

Balancete Geral
Dezembro/2023

Sem contas correntes, Com todas as contas

Conta	Nome	Movimento Mensal		Movimento Anual		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
	Transporte:	**7 882,50**	**7 882,50**	**49 471,04**	**49 471,04**		
7881	Quotas de associados		3 600,00		15 021,00		15 021,00
7882	Seminários e congressos			150,00	3 125,00		2 975,00
81	Resultado líquido do período			4 103,60	4 103,60		
818	Resultado líquido			4 103,60	4 103,60		
	Totais:	**7 882,50**	**7 882,50**	**53 574,64**	**53 574,64**		
	Saldo devedor:					**30 931,69**	
	Saldo credor:						**30 931,69**

associação portuguesa de urbanistas

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE URBANISTAS - APU

N.I.P.C.: 514683171

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2023

RÚBRICAS	DATAS	
	31-dez-2023	2022
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	- €	- €
Ivestimentos financeiros	- €	- €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores...	- €	- €
	- €	- €
Activo Corrente		
Inventários	- €	- €
Créditos a receber	- €	- €
Estados e outros entes públicos	- €	- €
Diferimentos	- €	- €
Outros activos correntes	- €	492,00 €
Caixa e depósitos bancários	24 284,69 €	13 060,59 €
	24 284,69 €	13 552,59 €
Total do activo	24 284,69 €	13 552,59 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos Patrimoniais		
Fundos	7 871,70 €	7 871,70 €
Reservas	- €	- €
Resultados transitados	5 063,99 €	9 165,29 €
	12 935,69 €	17 036,99 €
Resultado líquido do período	11 349,00 €	- 4 103,60 €
Total dos fundos patrimoniais	24 284,69 €	12 933,39 €
Passivo		
Passivo corrente		
Fornecedores	- €	- €
Estado e outros entes públicos	- €	- €
Fundadores/benemeritos/patrocinadores/doadores...		
Financiamentos obtidos	- €	- €
Diferimentos	- €	615,00 €
Outros passivos correntes	- €	4,20 €
Total do passivo	- €	619,20 €
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	24 284,69 €	13 552,59 €

Lisboa, 12 de fevereiro de 2024

O Contabilista Certificado

A Direção

Assinado por: **José António Marques Salgado Lameiras**
Num. de Identificação: 02514697
Data: 2024.03.05 23:24:03+00'00'

CHAVE MÓVEL

associação portuguesa de urbanistas

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE URBANISTAS - APU

N.I.P.C.: 514683171

INFORMAÇÃO ADICIONAL / COMPLEMENTAR
1. Total de compromissos financeiros não incluídos no balanço
Não aplicável
2. Total de garantias ou ativos e passivos contingentes não incluídos no balanço
Não aplicável
3. Natureza e forma das garantias reais prestadas
Não aplicável
4. Compromissos em matéria de pensões
Não aplicável
5. Compromissos face a empresas coligadas ou associadas
Não aplicável
6. Montante dos adiantamentos e dos créditos concedidos aos membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão, com indicação de:
6.1. Taxas de juro e principais condições
Não aplicável
6.2. Montantes eventualmente reembolsados, amortizados ou objeto de renúncia
Não aplicável
6.3. Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, com indicação do montante global para cada categoria
Não aplicável
7. Ações/quotas próprias adquiridas quer diretamente, quer por intermédio de pessoa atuando em nome próprio mas por conta da entidade:
7.1. Motivos das aquisições efetuadas durante o período
Não aplicável
7.2. Número e valor nominal ou, na falta de valor nominal, o valor contabilístico das ações/quotas adquiridas e alienadas durante o período, bem como a fração do capital subscrito que elas representam
Não aplicável
7.3. Contravalor das ações/quotas, no caso de aquisições ou alienação atítulo oneroso
Não aplicável
7.4. Número e o valor nominal ou, na falta de valor nominal, o valor contabilístico do conjunto das ações/quotas adquiridas e detidas em carteira, bem como a fração do capital subscrito que elas representam
Não aplicável
8. Outras Informações
8.1. Proposta de aplicação de resultados
A Direção propõe que o resultado liquido positivo no valor de 11.349,00 euros permaneça em Resultados Transitados.
8.2. Dividas ao Estado
A empresa não tem dívidas ao Estado.

Lisboa, 12 de fevereiro de 2024

O Contabilista Certificado

155502433
2971

A Direção

Assinado por: **José António Marques Salgado Lameiras**
Num. de Identificação: 02514697
Data: 2024.03.05 23:28:53+00'00'

CHAVE MÓVEL

associação portuguesa de urbanistas

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE URBANISTAS - APU

N.I.P.C.: 514683171

Demonstração individual dos resultados por natureza em 31 de dezembro de 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	31-dez-2023	2022
Vendas e serviços prestados	- €	- €
Subsídios, doações e legados à exploração		
Variação do inventários da produção	- €	- €
Fornecimentos e serviços externos	5 611,14 €	9 841,40 €
Gastos com o pessoal	- €	- €
Outros rendimentos e ganhos	17 996,00 €	6 360,00 €
Outros gastos e perdas	912,60 €	558,00 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	**11 472,26 €**	**- 4 039,40 €**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- €	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**11 472,26 €**	**- 4 039,40 €**
Gastos de financiamento (líquidos)	123,26 €	64,20 €
Resultado antes de impostos	**11 349,00 €**	**- 4 103,60 €**
Imposto sobre o rendimento do período	- €	- €
Resultado líquido do período	**11 349,00 €**	**- 4 103,60 €**

Lisboa, 12 de fevereiro de 2024

O Contabilista Certificado

155502433
2971

A Direção

Assinado por: **José António Marques Salgado Lameiras**
Num. de Identificação: 02514697
Data: 2024.03.05 23:18:12+00'00'

O Tesoureiro

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL LEITE RAMALHO**
Num. de Identificação: 09479646
Data: 2024.03.06 13:44:51+00'00'

CHAVE MÓVEL